

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO. Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, reuniu-se de forma presencial a Comissão de Orçamento e Patrimônio sob a presidência do Professor Doutor FERNANDO SARTI, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, Diretor de Planejamento Econômico da Assessoria de Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Arnaldo César da Silva Walter, Célio Hiratuka, Cláudio Francisco Tormena, Matheus da Silva Marcheti Martins, Odilon José Roble, Rodolfo Jardim de Azevedo e Verónica Andrea González-López. Havendo número legal, o SENHOR PRESIDENTE dá início à 178ª Sessão, submetendo à apreciação a Ata da Sessão 177ª, realizada em 18 de junho de 2025. Consulta se há alguma observação. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada com 05 votos favoráveis e 02 abstenções. Passa à Ordem do Dia, com item único – 01-P-43886/2024 –, que trata da segunda revisão orçamentária. Informa que, em relação à primeira revisão, trazem um aumento no déficit de R\$110 milhões, R\$81 milhões por frustração de receita, basicamente em cima da receita do Tesouro, uma queda de R\$143 milhões, por conta da revisão que estão fazendo. Entretanto, houve um aumento na receita própria, por conta da evolução da taxa de juros básica no país, nas aplicações, o aumento do Fundo Tulipa e também um recurso que entrou do SUS. Mas, entre a queda do RTE e o aumento do recurso próprio, houve uma variação negativa de receita de R\$80 milhões, e a despesa uma variação de R\$26 milhões. Então, as duas juntas acabam dando esses R\$110 milhões. A Secretaria da Fazenda ainda não fez uma revisão da previsão orçamentária, mas resolveram já trazer essa revisão em função do comportamento das receitas de janeiro a julho, e já pegando um pouco do mês de agosto. A previsão inicial da LOA indicava uma arrecadação prevista de R\$182 bilhões, e para que se efetivasse essa arrecadação, sobre o que foi arrecadado em 2024, que foi R\$164 bilhões, seria necessário um crescimento este ano de 10,8%, que lhes parece um número um pouco otimista demais, uma vez que a taxa de crescimento prevista para o PIB paulista e da inflação, juntas, não passavam de 7%. Então, esse 10,8% não encontrava muito respaldo, a não ser que houvesse algum fator externo, como uma possível retomada da oneração, aumento dos impostos, de algumas taxas em alguns setores de atividade. Algo que foi cogitado até mais pela imprensa, mas nunca documentado pela Secretaria. Houve pressão política dos setores atingidos e um recuo por parte do governo de não voltar a oneração, de não alterar algum desses setores. Diante disso, em vez de trabalhar com 10,8% de crescimento, estão assumindo alguma coisa em torno de 6,8%, que é o crescimento que observam no período atual. Mês a mês, desde maio, a taxa de crescimento em referência ao mês anterior vem se reduzindo. É isso que explica a frustração de receita no recurso do Tesouro de R\$140 milhões e é basicamente essa a alteração principal entre a primeira revisão e a segunda revisão. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA faz a apresentação dos dados da segunda revisão. Observa que no início de junho o HC relatou que não tinha mais dotação para custear suas necessidades, visto que está aguardando recebimento de parcelas do SUS Paulista. Dessa forma, sugere antecipar R\$20 milhões para o HC funcionar nos próximos

1 meses e trazer a superintendência em alguma reunião próxima da COP para relatar exatamente
2 qual é a situação do Hospital. O SENHOR PRESIDENTE detalha os procedimentos de
3 suplementação do SUS paulista, e ressalta, sobre as aplicações financeiras da Universidade, que
4 estão hoje em R\$1,654 bilhão, que elas não são recursos disponíveis, mas recursos já
5 distribuídos segundo critérios aprovados pela COP e pelo Conselho Universitário. O que há de
6 disponíveis são R\$100 milhões, porém já existem demandas, apenas dentro da Depi, da ordem
7 de R\$800 milhões. Além de outros investimentos fundamentais, na área de TIC, e a ideia da
8 formação do fundo junto à Fapesp, que está sendo discutido e que implicaria também recursos
9 da Universidade. O Professor RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO diz que o orçamento é uma
10 peça viva, e do ponto de vista das tratativas da área de Saúde com o governo, não vê problema
11 em fazer adiantamento de valores. Mas concorda com a ideia de que deveriam tentar uma
12 solução um pouco mais sistemática, e sugere que a COP convide os órgãos envolvidos para
13 fazer uma discussão e tentar uma solução. A segunda questão é que o senhor Thiago mencionou
14 que os programas especiais das unidades estão sendo usados para cobrir o custeio, e observa
15 que isso é fato há mais de uma década. Um ano atrás conseguiu convencer o pró-reitor a
16 adicionar 10% no orçamento das unidades, argumentando que em 10 anos o orçamento não
17 tinha subido nada. Portanto, acha que está no momento de rediscutir esse orçamento das
18 unidades, para simplificar processos. Sugere uma conversa com os diretores para tentar ver o
19 que seria razoável. Para a área da Saúde, uma sugestão seria a Universidade criar uma reserva
20 específica, um colchão anticíclico para a Saúde. O Professor CLÁUDIO FRANCISCO
21 TORMENA diz que as unidades são muito diferentes, e acha importante fazer essa rediscussão,
22 para equalizar um pouco melhor e verificar qual é o real custo que a unidade tem para manter
23 suas atividades específicas. O custo está aumentando muito, fala-se da inflação da área da
24 Saúde, mas também há uma inflação na ciência e tecnologia, com altos custos de manutenção
25 de equipamento, por exemplo. O Professor ARNALDO CÉSAR DA SILVA WALTER solicita
26 esclarecimento de por que a previsão de déficit é de R\$548 milhões e a previsão de necessidade
27 de utilização das reservas é de mais de R\$800 milhões. Se entendeu bem, todo o saldo financeiro
28 seria utilizado para cobrir o déficit, caso a situação mais crítica ocorra. Pergunta se possuem
29 uma previsão mais realista de como chegariam ao final de 2025. O Professor CÉLIO
30 HIRATUKA diz que não há como não atender a uma demanda emergencial de suplementação
31 de recursos para a área da Saúde, está de acordo, mas reforça o que o professor Rodolfo já
32 colocou, e que também foi colocado em outros momentos aqui na COP, porque o assunto das
33 horas extras vem ocorrendo aqui na discussão das várias sessões. Acha que fazer um balanço
34 em alguma reunião próxima seria importante, para entenderem um pouco melhor o que
35 aconteceu. A expectativa de que a redução fosse muito maior do que os 15%, mas existem
36 contingências que não conhecem, e observa que de maneira nenhuma é uma desconfiança em
37 relação ao que está sendo feito, seriam apenas esclarecimentos, na direção dos balanços de
38 outros programas que passaram aqui pela COP, como a centralização das compras, do contrato
39 de manutenção, pequenas obras, coisas que têm funcionado bem, de modo geral. O senhor
40 MATHEUS DA SILVA MARCHETI MARTINS pergunta se no aumento da despesa de

1 pessoal já está contabilizada a progressão Paepe. A revisão mostra que na variação de aumento
2 de despesa e aumento de recursos próprios praticamente um anula o outro, e o maior problema
3 realmente é a arrecadação do estado. Preocupa olhar o ano que vem, porque se tudo fosse
4 executado, o que sabem que não acontece, não teriam as duas folhas de pagamento de reserva
5 para o ano que vem. Pergunta como repensariam a distribuição desse recurso, se manteriam
6 tudo aquilo que já prometeram, pois ficar sem nenhum tipo de resguardo para o ano que vem,
7 que é um ano de eleição, um ano de incerteza, é um pouco preocupante. Quanto às horas extras
8 do HC, o senhor Thiago mencionou que houve uma queda em torno de 15%. É previsto que nos
9 equipamentos haja horas extras, pela forma como se trabalha, mas pergunta quanto era previsto
10 que reduzisse. Acha que essa é a pergunta que devem fazer, até para poder fazer a comparação
11 e ver se é algo que está chegando nesse ponto ou se é algo que já estabilizou. Concorde com a
12 sugestão do professor Rodolfo para que chamem o pessoal da Deas, dos equipamentos, para
13 ouvi-los. Pergunta também se já foi realizado algum estudo relacionando o auxílio-saúde com
14 uma diminuição de absenteísmo na Universidade, e se houve uma melhora de qualidade dos
15 servidores, após seis meses de implantação do auxílio, para saber se isso também dá um retorno
16 para a Universidade, não somente no bolso do servidor. Também questiona se, nessa velocidade
17 de diminuição de recursos, pensam em diminuir a velocidade de contratação. A Professora
18 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ pergunta sobre a diferença dos deflatores nas
19 tabelas do documento. Sobre a questão das horas extras do HC, entende que as dificuldades são
20 de ordens distintas, mas gostaria de entender o que está atrapalhando não ter sofrido uma
21 redução. Fala-se que o problema da relação da Universidade com os hospitais é o modo de
22 repasse; o repasse está sendo feito para a Universidade, mas não para uma autarquia, e pergunta
23 se não podem ser alterados os períodos de repasse do SUS Paulista, por exemplo. A Unicamp
24 assumiu o Hospital por uma questão de conceito e de princípio, por entender que as suas
25 atividades-fim, ensino, pesquisa e extensão, estão intimamente ligadas com a manutenção da
26 área de Saúde na sua plenitude. Enxerga que se trata de uma pressão política para que optem
27 pelo modelo da autarquia. O Professor ODILON JOSÉ ROBLE diz que no documento é
28 possível verificar uma variação cíclica na arrecadação; pergunta se avaliam que possa haver
29 uma recuperação, como nos outros anos houve, ou estão diante de um cenário de transformação
30 do patamar, diante de um novo paradigma. Também gostaria de entender qual é o *turning point*,
31 em que momento isso que está sendo anunciado repetidamente acende uma luz vermelha de
32 que precisam estruturar uma nova política. O Professor CÉLIO HIRATUKA pergunta como
33 entra na segunda revisão a questão da ação da URV. O senhor MATHEUS DA SILVA
34 MARCHETI MARTINS pergunta também da ação também do pessoal do grupo 1985-1988,
35 que mudou para regime estatutário e agora voltará a ser celetista, algo que vai envolver valores
36 consideráveis, como isso entra no planejamento, de alguma forma. O SENHOR PRESIDENTE
37 diz que a Universidade hoje tem dois eixos importantes que claramente trazem dificuldades
38 para o seu orçamento, que a diferenciam muito com relação à Unesp e USP. Em relação ao
39 comprometimento da folha de pagamento, a Unicamp hoje atinge em torno de 95%,
40 comprometendo 45% desse pagamento com os inativos e 55% com os ativos. A USP tem um

orçamento 150% maior e apenas um comprometimento com 20% dos inativos, o que tem a ver com vários fatores, tem a ver com a idade das universidades, com decisões passadas sobre o regime a ser adotado na contratação dos funcionários. A USP e a Unesp adotam há muitos anos a contratação de funcionários celetistas, e foi decisão da Unicamp contratar estatutários. O segundo eixo importante que também diferencia a Unicamp da Unesp e da USP são os recursos para assistência dos equipamentos da Saúde; o SUS cobre apenas 25% desse gasto, os outros 75% saem do orçamento da Universidade, alguma coisa em torno de R\$850 milhões. Possuem ainda alguma capacidade de ação nesse eixo, que é conversar com o governo do estado e fazer uma nova proposta de financiamento para a área da Saúde. O próprio governo está chamando a Universidade para fazer essa conversa, pois não quer continuar repassando recurso do SUS sob essa governança atual, que cria inclusive uma insegurança jurídica para ele. É uma questão que a Universidade vai ter que discutir com muita maturidade, qual é esse novo padrão de financiamento, como ela deseja essa nova governança. Precisam encontrar uma fórmula que seja boa para a área da Saúde, que cumpre um papel fundamental na Universidade, que faz uma assistência fundamental, contemplando mais de seis milhões de pessoas, com um nível elevado de qualidade e especialidade. Isso é uma prestação de serviço importante que a Unicamp faz à sociedade. Mas precisam discutir o padrão de financiamento porque a Universidade não cresceu, ela continua oferecendo 3.300 vagas de vestibular. A Unesp, que tem o mesmo orçamento que a Unicamp, oferece sete mil e a USP oferece 12 mil. Portanto, a Unicamp precisa de recursos para outras atividades. Obviamente, quando ela compromete 95% dos seus recursos com folha, está faltando dinheiro para custeio e para investimento. Qualquer instituição deveria estar aplicando pelo menos 5% do seu orçamento em investimento. Se o orçamento é de R\$4 bilhões, deveriam estar colocando, anualmente, pelo menos R\$200 milhões em investimento, mas estão muito longe desse patamar, há 30 anos. Com isso, é lógico que começa a deteriorar muita coisa. Isso também vai bater em custeio, então precisam tratar esses dois eixos de uma forma séria. A questão da hora extra do HC também os preocupa, assim como os plantões na área da Saúde, que totalizam R\$60 milhões anuais. Havia a contrapartida de que as 185 contratações implicariam uma redução drástica das horas extras, praticamente a zero, porque contrataram proporcionalmente o número de funcionários ao número das horas extras. Entendem que nesse meio tempo houve saída de funcionários, demora um pouco para fazer a contratação, o treinamento, mas continuam pedindo ao HC e aos demais equipamentos que encaminhem qual tem sido esse uso de horas extras. Houve uma pequena redução, mas desejam entender por que ela não foi maior. Isso é uma demanda da própria comunidade da Unicamp, que quer entender onde colocou esses recursos e se parou de haver pressão sobre os funcionários que estavam fazendo essas horas extras. Sobre a questão das unidades, concorda plenamente, remanejamento de recursos que estão na manutenção para custeio, pegar de custeio e jogar para outro lugar, acabam fazendo, e os recursos são insuficientes. Sobretudo agora que adotaram a nova estratégia de trabalhar em uma forma de parceria, entendendo que isso criaria agilidade para a questão da manutenção, mas que nos primeiros meses não funcionou bem e encareceu os serviços. Respondendo ao professor Arnaldo sobre a diferença dos R\$548 milhões para os

R\$884 milhões, diz que parte do pressuposto que vão zerar o Grupo X, que são recursos que já foram distribuídos mas não puderam ser nem empenhados, nem executados, e que levam de um orçamento para outro. Então, se espera que esses recursos já distribuídos possam, em algum momento, ser devidamente gastos, empenhados e executados. Sobre como resolver a questão de aumentar o custeio, vão ter que realmente discutir e equacionar. Sobre a questão da Saúde, estão montando um comitê para analisar todos os contratos da Universidade, não no sentido de auditoria, mas de um aprendizado, e analisando o que está sendo feito em outros lugares, como na Prefeitura de Campinas, na Unesp, na USP. Há muitas contratações em andamento, tanto do ponto de vista dos funcionários Paepe quanto do ponto de vista dos docentes, e que estão, obviamente, orçadas aqui. Fazem sempre já o rateamento, se estão falando para seis meses, se é para oito meses, se é para dez meses. Em 2024, tiveram problema na adaptação da nova lei, e não só a Unicamp, foi o estado inteiro, então, quando olham para um orçamento, tem uma parte que é o fluxo corrente do orçamento daquele ano, mas tem também muitas vezes um represamento de despesas que não ocorreram em situações anteriores. Não sabem como isso vai se desenrolar ao longo de 2025, mas devem autorizar no orçamento as despesas que deveriam ocorrer. Se todas ocorrerem, vai haver uma redução importante do saldo financeiro. Vão sempre acompanhando a arrecadação, mas especialistas, inclusive da Receita Federal, dizem que 2025 e 2026 vão ser anos ruins para a arrecadação. Em 2026, por ser ano eleitoral, há uma predisposição do governo do estado de não ser vinculado à ideia de que é arrecadador, que coloca impostos. Então, há uma tendência de que haja mais desonerações do que onerações em 2026. A arrecadação pode aumentar via PIB, via inflação, mas não via aumento das taxas. Por outro lado, os especialistas dizem que, no médio e longo prazo, São Paulo vai ganhar muito com a reforma tributária. Respondendo à professora Verónica, diz que apresentam os diferentes deflatores, mas, na verdade, são dois que valem mais: o IPC Fipe, que usam inclusive nas negociações com o Fórum das Seis, e o IPCA do IBGE, índice oficial federal. Eles têm diferenças importantes: o IPC é até 10 salários, é só a cidade de São Paulo. O IPCA é até 30 salários, ele pega 12 ou 13 regiões metropolitanas no Brasil, algumas capitais, não todas, mas os dois são índices do consumidor. O IGP é um índice muito mais complexo, é o da Fundação Getúlio Vargas, porque ele é um mix de outros três índices, era muito usado em contratos e é fortemente afetado pela variação cambial. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o IGP teve grande variação na época da pandemia. Sobre as sugestões do professor Rodolfo, poderiam na COP de setembro trazer a superintendência do HC para conversar. Sobre o assunto das mudanças de recurso, sua preocupação é tirar dinheiro do custeio para coisas que talvez não sejam as mais importantes, mas concorda que devam discutir isso entre os diretores e repensar. O SENHOR PRESIDENTE diz que a questão da URV não está aqui, e há três ou quatro questões que os preocupam, além da questão da URV, na qual já foram aplicados os 6% para quem tem direito ao reajuste. Por outro lado, são cinco anos para trás, isso vira precatório, está sendo discutido agora individualmente com cada docente, ou funcionário, essa questão de qual cargo estava ocupando etc. Há também a questão do abono de permanência, já avaliada pela Justiça, e a questão dos não modulados, que financeiramente tem maior peso. Isso já está sendo

1 negociado com todos órgãos federais e estaduais, algumas ações são mais imediatas, por
2 exemplo o recolhimento do fundo de garantia, e são recursos bastante significativos. O senhor
3 THIAGO BALDINI DA SILVA diz que mesmo no caso da URV, que já teve as sentenças
4 definidas e esse dinheiro já foi incorporado à folha, como esse dinheiro passado da URV vira
5 precatório, as projeções que é que comecem os pagamentos em 2028, e talvez isso se estenda
6 por alguns anos, dependendo da negociação de como serão feitos os pagamentos. O retroativo
7 do abono permanência provavelmente seja o mesmo caso da URV, que se torne precatório para
8 pagar os últimos cinco anos. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE
9 submete à votação a segunda revisão orçamentária de 2025, que é aprovada com 06 votos
10 favoráveis e 01 contrário. Passa ao Expediente. O Professor ODILON JOSÉ ROBLE diz que a
11 FEF está construindo uma cobertura das quadras, que vai bastante bem e deve ser entregue
12 ainda este ano. Porém, tiveram problemas no recapeamento das outras quadras, que começou,
13 mas o engenheiro logo identificou um problema estrutural, de baixa qualidade de material, de
14 uso inadequado, e que não ia durar um ano. Chamaram a empresa para conversar e ela pediu
15 um aditivo que representava quase 90% do orçamento inicial. Terá reunião amanhã com o
16 proprietário da empresa, em que espera convencê-lo a um aditivo dentro de uma lógica e, claro,
17 fazer um serviço que os atenda. Mas, se ele for inflexível, se não chegarem em um acordo, para
18 chamar o segundo colocado precisarão passar por um período em que ele pode entrar na Justiça
19 para um contencioso. Se isso vier a acontecer, é o pior dos cenários, porque fica travado um
20 ano, dois anos. Têm muita visibilidade as quadras da FEF, elas são muito usadas pela
21 comunidade, mas não podem ser inconsequentes com o dinheiro público. Não faria sentido
22 continuar a obra e isso deteriorar em um, dois anos, no máximo, sendo que é uma quadra que
23 tem que fazer uma entrega de serviço por, pelo menos, mais dez. Nada mais havendo a tratar,
24 eu, Aline Marques da Costa, redigi a presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores
25 Membros da Comissão de Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 21
26 de agosto de 2025.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 179ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 25 de setembro de 2025, sem alterações.